



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL
DE PESQUISADORES/AS**

**Lutas Sociais e perspectiva histórico-crítica
no Serviço Social: Memória e Debate Contemporâneo
(América Latina, América do Norte e Europa)**



**02 a 06 de SETEMBRO de 2019
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

ANAIIS

**V.3 N.1 (2019)
ISSN: 25944533**

VI. 

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL
IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL
DE PESQUISADORES/AS**

**Lutas Sociais e perspectiva histórico-crítica
no Serviço Social: Memória e Debate Contemporâneo
(América Latina, América do Norte e Europa)**

REALIZAÇÃO



APOIO



OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE BARBÁRIE

Tatiana Reidel¹

Vanessa Maria Panozzo²

Resumo: Este artigo resgata o processo histórico de formação em Serviço Social e sua relação com a conjuntura do ensino superior em tempos de mercantilização. Analisa o Movimento de Reconceituação e o marco da intenção de ruptura que orientam a nova direção social consolidadas nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Estas consolidam bases para um projeto de formação profissional com direção crítica, fundamentada a partir do materialismo histórico dialético. Reflete-se sobre os rebatimentos frente à ofensiva do Estado em sua perspectiva neoliberal, na realidade da educação universitária e os desafios da garantia de uma formação de qualidade sob norte do Projeto Ético-Político.

Palavras chaves: Formação, Ensino Superior, Serviço Social.

Abstract: This article recalls the historical process of training in Social Work and its relationship with the conjuncture of higher education in times of commodification. It analyzes the Reconceptual Movement and the framework of the intention of rupture that guide the new social direction consolidated in the ABEPSS Curricular Guidelines. These consolidate bases for a project of professional formation with a critical direction, based on dialectical historical materialism. It reflects on the refutations of the offensive of the State in its neoliberal perspective, in the reality of university education and the challenges of guaranteeing a quality formation under the Ethical-Political Project.

Keywords: Formation, Higher Education, Social Work.

1. Reflexões introdutórias sobre o projeto de formação profissional em Serviço Social no Brasil a partir do Movimento de Reconceituação e suas reverberações para o atual projeto de formação

Para refletir sobre o serviço social na atualidade, bem como compreender as Diretrizes Curriculares que orientam o processo de formação, entende-se ser necessário resgatar alguns aspectos históricos, com vistas a desvendar dados que evidenciem a indissociabilidade entre a direção social adotada por esta profissão paralelamente à proposta de formação que respondia e responde às necessidades desta trajetória. Tanto a

¹ Assistente Social. Professora e Pesquisadora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. tatyreidel@gmail.com

² Assistente Social. Professora e Pesquisadora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. vanessapanozzob@gmail.com

Eixo temático: Serviço Social Internacional e os movimentos sociais: perspectiva histórico-crítica no Serviço Social brasileiro: formação e trabalho profissional;

identidade profissional (que traz consigo a direção social) como a proposta formativa se constituem a partir da indissociabilidade que possuem no solo sócio-histórico nos seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. Assim, resgatar a história é mais do que reproduzir dados passados; é considerá-la fundamental para análise; buscando situar as diferentes fases por que passa a profissão, bem como as mudanças nas propostas de formação do Serviço Social articuladas com as transformações da sociedade, que respondem a um processo de disputa e que vai conformando o projeto profissional (REIDEL,2010).

No Brasil, o surgimento da profissão se relaciona com as transformações sociais e econômicas da década de 1930. Assim, a história do Serviço Social é marcada pelo Estado e Igreja Católica, através de seu movimento leigo que, em nome de uma “ordem e harmonia social”, que fizeram repressão direta e indireta aos grupos populares (REIDEL, 2010). O Estado estava presente, no que diz respeito a proteger a burguesia e seu sistema, não intervindo nas relações de capital e trabalho geradoras das desigualdades sociais. Com a impossibilidade de segurar à massa, a classe dominante então receosa pelo risco da ordem social, preocupou-se em criar alternativas que poderiam ajustar os trabalhadores aos interesses do capitalismo. Para a burguesia era relevante esconder o massacre deste sistema para com o trabalhador, por isto tornaram-se necessárias novas estratégias de controle para deter as manifestações e a disseminação da pobreza. (MARTINELLI, 2001).

Sendo assim, a profissão nasce da classe burguesa, se articula através de práticas humanitárias, criando uma falsa consciência no operário, dando a ilusão e a pretensão de servir, mascarando as reais intenções que eram manter o autoritarismo e consolidar o capitalismo, dentro de uma conjuntura histórica grave, onde se gestava a 1ª guerra mundial. Esta influência do Estado e da Igreja baliza o processo de formação profissional dos assistentes sociais desde a fundação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, sendo que a primeira se origina através de um “curso intensivo de formação de moças” que “tocou profundamente as jovens católicas interessadas em problemas sociais” (AGUIAR, 1985, p.29). Desse curso surgiu o embrião que possibilitou a criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), pois diante do grau de intensidade e gravidade que os conflitos sociais geravam, os movimentos leigos foram insuficientes, levando, assim, a burguesia e a Igreja a criarem, em 1932, o Centro de Estudos e Ação Social (MARTINELLI, 2001) que ficou responsável pela realização de eventos que objetivavam a promoção de estudos sociais na perspectiva da ação social.

No CEAS, realizou-se o primeiro curso de preparação para o exercício da ação social que lançou a ideia de como o Serviço Social era visto na Europa naquele período. Neste cenário é criada, em 1936, a primeira escola de Serviço Social onde o profissional era formado a partir de sua “vocação”, opção religiosa e características pessoais, morais e de caridade. Em 1937, surge, no Brasil, a segunda escola de Serviço Social, localizada no Rio de Janeiro através do impulso do Cardeal Leme, Stela de Faro e Alceu Amoroso Lima, que acreditavam que para existir vocação social era preciso formação social. Percebe-se que, na primeira fase do Serviço Social do Brasil, o que importava era a formação doutrinária e moral com a reconstrução da sociedade em bases cristãs.

Desde 1936, já existia um currículo que orientava a formação, mas a profissão passou duas décadas sem regulamentação, sendo que esta acontece somente em 1954. “Em 8 de abril de 1954, a Lei n. 1.889 foi regulamentada pelo decreto n. 35.311 que especificou a finalidade do Serviço Social” (SÁ, 1995, p.96). Esta Lei apresentava também os objetivos do ensino do Serviço Social no Brasil e assim, esta profissão passa a ser normatizada, atribuindo às escolas a promoção da formação de pessoal técnico habilitado para execução e direção do Serviço Social com a finalidade de “II - aperfeiçoar e propagar conhecimentos e técnicas relativas ao Serviço Social; III- contribuir para criar ambiente esclarecido que proporcione a solução adequada aos problemas sociais” (SÁ, 1995, p.96).

Os questionamentos e indagações que surgiram diante dos conflitos entre seus integrantes e as respostas insuficientes diante das expressões da questão social levaram, em meados de 1960, à proposta de transformação da sociedade, através da busca de um serviço social mais crítico, o que ocasionou certa crise ideológica no interior de muitas escolas na América Latina. O Serviço Social Tripartido, produto de uma formação baseada em princípios norte-americanos, não sustentava mais a intervenção profissional, uma vez que se compreendia que o mesmo não oferecia instrumentos para entender e agir levando-se em conta a realidade social do país. Os questionamentos e indagações advindos da categoria dos assistentes sociais provocaram fragilidades nas bases da formação profissional, que foram sendo permeadas por ideias renovadoras (REIDEL, 2010).

Dentro desse contexto de críticas, emerge o Movimento de Reconceituação latino-americano, em busca de novas respostas, com o objetivo de superar a prática atribuída pelos grupos dominantes. O período que pode ser demarcado, a partir de 1964, encontra a sociedade brasileira imersa em um golpe militar que se caracterizava por criar uma sociedade reprimida e oprimida. Neste cenário, era possível identificar que o assistente

social ainda mantinha uma prática alienante com dificuldades de assumir uma postura de resistência, muito embora houvesse uma insatisfação de estudantes e docentes de Serviço Social que anunciavam a necessidade de rever as práticas que se caracterizavam pelo caráter conservador, subordinado aos interesses da burguesia.

Instaura-se o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e este movimento tem como objetivo reconceituar a profissão, rompendo com o paradigma único da profissão, a prática voltada somente para a perspectiva terapêutica e funcionalista. Embora houvesse uma crítica internacional ao conservadorismo profissional é, na América Latina, que o processo de reconceituação se efetiva. Este Movimento de Reconceituação compreende-se como “movimento ou processo que emergiu em 1965, constituiu um marco irredável e incontornável da história do Serviço Social latino-americano”. (NETTO, 2005, p. 6). Este também refletia as contradições e confrontos das lutas sociais, quando se confrontavam interesses da “transformação da ordem vigente” e os que visavam apenas “minimizar a dominação”.

Em 1970, o Conselho Federal de Educação aprova o segundo currículo do Serviço Social, com uma carga horária mínima de 2.500 horas, com duração mínima de três anos e máxima de cinco anos incluindo no mesmo a disciplina de Teoria do Serviço Social responsável pela cientificidade profissional. Paralelo a isto, o projeto de ruptura aproxima-se da tradição marxista, primeiramente, pelo viés da militância política e, posteriormente, através do marxismo acadêmico, que passa a analisar as fontes originais, os clássicos que contemplam a historicidade. Num terceiro momento, desdobra-se, com o acúmulo dos anteriores e nas condições pelo adensamento das tendências democráticas, direciona-se para a recuperação de diferenciados substratos da tradição marxista para analisar a atualidade profissional, a problemática da formação, os campos de intervenção, espaços e políticas de prática. (NETTO, 1998). Em 1979, mais especificamente dos dias 23 a 27 de setembro deste ano, o então CFAS e o CRAS 9ª Região organizam o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em São Paulo reunindo cerca de 3000 profissionais que representaram todo território brasileiro cujo tema central foi “Serviço Social e Política Social; assumiu-se uma posição de comprometimento com o homem brasileiro, rejeitando-se finalmente a posição do Serviço Social como intermediário do poder”. (PINTO, 1986, p.32). O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) ainda hoje ele é compreendido como marco histórico e político, reconhecido como “o ‘Congresso da Virada’ em face de sua importância na construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro”. (BRAVO, 2009, p. 680).

Neste período, ocorre fortemente a articulação dos espaços representativos dos assistentes sociais nos diferentes âmbitos (estudantil, docente, profissional). Como desdobramento deste processo tem-se a rearticulação do movimento sindical e estudantil o que desencadeia um forte debate sobre a formação profissional e como resultado desta discussão e da articulação das diferentes instâncias, tem-se a redefinição do currículo mínimo de Serviço Social. Esta redefinição se materializa com a aprovação do currículo mínimo do Serviço Social em 05/08/1982, terceira proposta curricular, pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer 197/80, (Resolução nº 6 do MEC, 1982) com carga horária de 2700 horas. O currículo de 1982 avança no que se refere ao entendimento da direção social que o mesmo ocasiona, através de uma proposta de formação que é contra-hegemônica. Também deve ser destacado que, no processo de construção da proposta curricular, houve uma significativa articulação coletiva da categoria através de um movimento nacional.

Passaram-se seis anos entre a legalização do currículo (1982) até a sua implantação integral (1988), período em que destaca-se na sociedade brasileira, a articulação da sociedade civil através dos diversos movimentos sociais, bem como dos movimentos sociais na luta pelos direitos e pela democracia no país. Este currículo propõe uma formação cujo eixo central é a Teoria e a Metodologia. Destaca-se que, nesta proposta de formação, “o Serviço Social vai expressar um entendimento mais claro do seu objeto de trabalho, uma intenção política para sua ação e uma busca por fundamentos teóricos e metodológicos para sua intervenção” (MACIEL, 2006, p.98). Acompanha-se ainda nesta década, o fortalecimento do que havia se iniciado com o Movimento de Reconceitualização: a intenção de ruptura com o conservadorismo que teve seu marco histórico no Congresso da Virada já referido anteriormente. Pode-se sinalizar aí a gênese de um projeto profissional com claras dimensões: ética e política as quais se filiam à categoria profissional.

1. Breves considerações do ensino superior a partir da contrarreforma do Estado e seus desafios na luta pela garantia de uma formação de qualidade sob norte do Projeto Ético Político

O cenário atual brasileiro vem consolidando um Estado autoritário, repressor e com forte diretriz reacionária, trazendo para a classe trabalhadora grandes perdas no campo dos direitos. Este também irá se referir na reconfiguração da educação superior a partir da década de 1990, com contrarreforma do Estado.

Neste sentido, o projeto neoliberal para a universidade brasileira irá

(...) expressar uma concepção de universidade limitada ao ensino, a partir do desmonte da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; da submissão da formação profissional às exigências do mundo do capital e **da imposição de uma determinada caracterização precarizada do trabalho docente**(...)(*grifos nossos* DAHMER, 2009: 36).

Percebe-se que a partir da década de 1990, o processo da privatização, na relação entre Estado e sociedade civil constituiu na educação do ensino superior um reordenamento para as instituições públicas e privadas no que diz a oferta de vagas bem como o financiamento. Neste sentido, o processo da contrarreforma irá trazer um alastramento de instituições que, em parceria com o capital, irão responder o mercado com a oferta de cursos em ensino a distância-EAD- sob a justificativa de uma “acesso democrático” na educação. Conforme Dahmer(2009), este fortalecimento do empresariado percebe-se na oferta de “serviços educacionais” pelas IES públicas; na parceria das universidades federais e com as fundações.

Atualmente no Brasil existem 143.198 alunos, em nível de graduação, matriculados. Destes, 33.535 se referem as UFAS Públicas e 109.663 estão vinculados a UFAS privadas. Desta totalidade 56.815 são matrículas em EAD. Dados de 2017- totalizam 3912 Cursos em Serviço Social no país, destes 557 são presenciais e 3.355 na modalidade EAD. O quadro a seguir evidencia esta distribuição no território nacional brasileiro a partir da distribuição quantificada por regiões conforme denomina a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (GTP2012).

No Estado do Rio Grande do Sul onde se localiza o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, existem 19 Cursos presenciais com oferta de 1.385 vagas , sendo 3 cursos em instituições públicas federais e 16 Cursos em instituições Privadas , com oferta de 1.255 vagas, contabilizando 2.640 vagas em ensino presencial. Na modalidade a distância, são 15 Cursos, totalizando 116.040 vagas (GEFESS,2017). Os dados instigam inquietação na medida em que se evidencia a vinculação da política educacional ao mercado, de modo cada vez mais internacionalizado, e não mais como uma política pública de acesso universal garantida pelo Estado. Sabe-se que esta lógica empresarial do ensino superior no Brasil emerge desde os tempos da ditadura militar (1964), em meio ao processo de deslocamento de recursos em outras áreas facilitou que as políticas sociais e dentre elas a educação superior fossem ofertadas aos investidores de capitais privados consolidando a partir de 1990 a mercantilização da educação brasileira.

Verifica-se assim que a atual conjuntura afeta diretamente o processo de formação universitária, e aqui, destaca-se a formação em Serviço Social, trazendo a necessidade

de análise deste cotidiano e seus rebatimentos para as condições concretas em que tem se dado a formação, em nível de graduação, bem como o trabalho das assistentes sociais docentes.

Analisar o projeto educacional em curso, seja no âmbito **público ou no privado**, em que se desenvolve e os impactos vivenciados a partir da ofensiva ditada pelo capital tanto no que se refere a formação profissional dos assistentes sociais como no trabalho docente exercido pelos mesmos neste processo, nos instiga refletir sobre as condições sócio-ocupacionais no ensino superior, evidenciando como se caracteriza as condições de trabalho e estudo no interior das instituições de ensino superior.

Percebe-se que no **setor privado**, há crescimento exponencial do empresariamento educacional e uma submissão às regras do mercado, em que a execução das atividades por quantitativo de horas determina o processo de trabalho e sua relação trabalhista com a instituição, marcada centralmente pelo brutal retrocesso nos direitos do trabalho. Na modalidade à distância, o investimento em laboratórios e insumos tecnológicos são os “preferidos” do empresariado no ensino, devido ao rápido retorno lucrativo (DAHMER, 2009). No que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem a formação abstrai qualquer possibilidade de elaboração e aprendizado coletivo, com qualificação e formação de pensamento crítico. Aparece ainda o processo de precarização do trabalho docente, com um aumento do número de alunos em sala de aula e a ausência de condições mínimas de trabalho como salas, equipamentos, bibliotecas.

No setor público, as alterações no trabalho docente se aproximam da lógica empresarial, e ainda que esse espaço reserve uma formação de maior qualidade dentro dos princípios das diretrizes curriculares, as condições do fazer profissional têm repercutido na formação dos novos assistentes sociais. No entanto, nos limites que se impõem, são reservadas as possibilidades de resistência maior, visto sua condição de setor público que ainda garante ações mais coletivas de reafirmação do projeto profissional e de educação pública no cotidiano do trabalho.

Ainda que se tenha grandes diferenças no trabalho docente no **setor público e privado**, pode-se afirmar que ambos, na atualidade, são determinados pela racionalidade do mercado, que o redefine por meio da alteração de suas atribuições, de seu papel e das relações de trabalho que o organizam. Em síntese, “(...) evidencia-se um aprofundamento da precarização das condições salariais e de trabalho, estimulado pela lógica produtivista e de competição pelas verbas dos órgãos de fomento” (DAHMER, 2009:36).

Marca a formação profissional na contemporaneidade a **precarização do ensino público**, salas lotadas, baixo investimento em pesquisa e extensão, diminuição de bolsas; o empobrecimento dos alunos; a precarização do estágio não obrigatório (o que revela a exploração dos trabalhadores); a diminuição de vagas remuneradas nos campos de estágio; adoecimento mental e físico dos estudantes e professores; corte nos recursos da assistência estudantil e ainda uma sobrecarga do trabalho docente, entre outros.

2. Os desafios do processo de formação e sua relação com o Projeto Ético-Político profissional

O Projeto Ético-Político que inicia na década de 1970 e avança na década seguinte se consolida nos anos de 1990, o que deve ser compreendido como um processo em movimento. Embora represente a hegemonia da categoria profissional, foi gestado em um ambiente sócio-político contraditório, onde a disputa por projetos societários e profissionais se faz na sociedade brasileira com os influxos das ideias neoliberais que ganham espaços importantes e propicia num terreno fértil ao retorno a posturas conservadoras da própria categoria profissional.

Na história de consolidação PEP destaca-se a legitimidade do Serviço Social acadêmico, com o surgimento dos cursos de pós-graduação que consolidam a produção de conhecimentos a partir da área do Serviço Social(...)(NETTO, 2006, p.151). Este período pode ser compreendido como a de maioria acadêmica dos assistentes sociais, marcada também pelo crescimento do mercado editorial e por produções acadêmicas que possibilitam uma interlocução teórica com outras áreas do conhecimento social. A categoria passa a ser reconhecida como pesquisadora e é admitida como tal inclusive pelas agências de fomento. (IAMAMOTO, 2001).

Com a constituição do novo Projeto profissional

[...] ganhou peso também, o debate sobre a formação profissional: a reforma curricular de 1982 foi precedida e sucedida por amplas e produtivas discussões [...]. Todos os esforços foram dirigidos no sentido de adequar a formação profissional, em nível de graduação às novas condições postas seja pelo enfrentamento, num marco democrático, da 'questão social' exponenciada pela ditadura, seja pelas exigências intelectuais que a massa crítica em crescimento poderia atender. (NETTO, 2006, p.153)

Os valores assumidos, neste novo projeto profissional, se referem à liberdade como valor central rompendo com o conservadorismo e elegendo como princípios a democracia, Direitos Humanos, cidadania, equidade e justiça social, eliminação ao preconceito, pluralismo e a opção por um projeto profissional vinculado à construção de

uma nova ordem societária, sem dominação de classe, etnia e gênero articulando-se com os movimentos e categorias profissionais na luta dos trabalhadores.

Este projeto manifesta-se através das ações profissionais cotidianas e dos elementos que as constituem, passam pela dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social e esta dimensão tem como parâmetro “a sintonia com as tendências teórico-críticas do pensamento social [...] não cabem no Projeto Ético-Político contemporâneo posturas teóricas conservadoras, presas que estão aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem”, pela dimensão político-organizativa da profissão “que envolve tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades da profissão” e compreende-se que através da articulação e organização da categoria destas instâncias que “são consagrados coletivamente os traços gerais do projeto profissional, onde reafirmamos (ou não) compromissos e princípios”, pois o PEP “pressupõe, em si mesmo, um espaço democrático de construção coletiva, permanentemente em disputa” e pela dimensão jurídico-política da profissão que se “constitui no arcabouço legal e institucional da profissão, que envolve o conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio da profissão.” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p.191).

Esse Projeto,

[...] implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com (auto) formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa. Em suma, trata-se de um projeto que também é um processo, em contínuo desdobramento. (NETTO, 2006, p.155).

No que se refere às diretrizes curriculares entende-se que

[...] a revisão curricular dos anos 90 tem sido um espaço privilegiado na reconstrução do projeto de formação profissional do Assistente Social, repensando o processo em curso e formulando novas diretrizes curriculares, onde são configurados: pressupostos e princípios de base da direção social da formação; alguns eixos transversais a todo processo. (CARDOSO, 2000, p.7).

No processo de regulamentação da LDB/1996 se expressam as correlações de forças entre Estado e sociedade e, neste terreno de disputas, acredita-se que a universidade é contributiva no que se refere “à construção do processo histórico na direção da liberdade, da equidade e da democracia para todos os cidadãos e cidadãs”. (NETTO, 2000, p.37). Entendendo esta luta, faz-se necessária uma formação profissional que desvende e possibilite o enfrentamento e resistência frente a estas novas máscaras nas quais se reveste a Questão Social. Assim, no período em que fora promulgada a LDB,

tornou-se oportuno o processo de normatização e definição de diretrizes gerais para o curso de Serviço Social no espírito desta nova Lei

Todos os esforços foram dirigidos no sentido de adequar a formação profissional, em nível de graduação, às novas condições postas, [...] Em poucas palavras, entrou na agenda do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficiência e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo perfil profissional. (NETTO, 2006, p.153).

Estas diretrizes possuem como pressuposto central a permanente construção de conteúdos para intervenção profissional nos processos sociais, através de conhecimentos indissociáveis que estão expressos nas diretrizes como núcleos de fundamentação, sendo eles: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

As diretrizes curriculares juntamente com a Lei de regulamentação da profissão e o código de ética (1993) dão sustentação a um novo projeto profissional. A partir destas diretrizes curriculares considera-se a questão social como fundamento básico para intervenção do assistente social e compreende-se também o trabalho como categoria central. Com estes eixos, destaca-se também o rigor histórico e teórico-metodológico no trato da realidade social e suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O processo de formação do assistente social, nesta perspectiva, possibilita o exercício do pluralismo onde se tornam possíveis reflexões e debates sobre as várias perspectivas teóricas que se confrontam durante o processo de formação.

É preciso assinalar uma das características que tem norteado a construção do PEP do serviço social brasileiro: a constante interlocução entre as entidades da categoria e sua participação efetiva na construção desse projeto, o que torna efetivamente o projeto um produto concreto da indissociabilidade entre formação e exercício profissional. Esse movimento vai gerar os instrumentos efetivos para a disputa do projeto profissional uma vez que não se pensa a profissão descolada da formação e vice-versa, elemento que precisa ser matizado com as condições objetivas, hoje, tanto do mercado de trabalho, como das agências formadoras.

Considerações Finais:

Problematizar o tema da formação profissional em dias de barbárie é entender que o processo de mercantilização vivido atualmente traz sérias repercussões para o âmbito

da formação profissional, deixando de lado diretrizes importantes no âmbito da garantia da qualidade da educação do ensino superior. Há uma minimização dos currículos, que traz diminuição da carga-horária dos Cursos e que rebate diretamente na formulação das competências profissionais; a fragilização do tripé de ensino, pesquisa e extensão no espaço da Universidade e dentre outros, o pouco investimento de recursos humanos no que diz respeito a servidores, técnico administrativo e também docente, que constrói um perfil de trabalhador polivalente para suprir as carências técnicas e de ensino e que, deste modo, vem corroborando com o funcionamento da lógica do mercado e intensificando a precarização vivenciada pelos assistentes sociais docentes.

No que diz respeito à formação em Serviço Social este se encontra ameaçado devido ao intenso processo mercantil que vem assolando a educação superior, como por exemplo, a instalação do Ensino a distância-EAD subvertendo a história no processo coletivo da categoria e suas entidades representativas na consolidação de uma perspectiva de formação laica e de qualidade. Os desdobramentos desta crise, através de seus impactos sociais, permeiam as possibilidades e os desafios postos aos profissionais do Serviço Social e se expressam pelos confrontos com o conservadorismo, que se atualiza em tempos ditos como “pós-modernos”.

No sentido de resistir, mesmo que as duras penas contra o projeto neoliberal é de extrema importância que a formação em serviço social garanta a direção social mediada pela clareza dos seus fundamentos a partir da compreensão e apreensão do Projeto Ético Político profissional. Isto diz respeito a negação do conservadorismo imposto pela ordem capitalista e acima de tudo de um posicionamento a favor da classe trabalhadora na construção de uma nova ordem societária.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Relatório de GTP- Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional. Brasília. 2012.

AGUIAR, Antonio Geraldo de. *Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá*. 5. ed., São Paulo: Cortez, 1985.

BRAVO, Maria Inês. O significado político e profissional do congresso da virada para o Serviço Social brasileiro. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2009, n. 100 out./dez. 2009.

CARDOSO, Franci Gomes. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios. *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS, 2000, nº 2, p. 7-18.

DAHMER, Larissa. Mercantilização do Ensino Superior e Formação Profissional em Serviço Social: em direção a um intelectual colaboracionista? *Revista Ágora*. Rio de Janeiro, ano 3, v. 6, 2009.

GEFESS. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social. Banco de dados. Porto Alegre, 2017.

IAMAMOTO, M. O *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS, 2000, nº 1.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. *Universidade em crise: uma travessia necessária para a formação em serviço social* [documento impresso e eletrônico]. Porto Alegre, 2006.

_____. *Ditadura e Serviço Social; uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea. *Capacitação em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999, módulo 1.

_____. Reforma do Estado e impactos no ensino superior. *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS, 2000, nº 1.

_____. O movimento de Reconceituação – 40 anos depois. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2005, nº 84.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Orgs.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

REIDEL, Tatiana. A indissociabilidade entre o Projeto Ético-Político e a formação profissional: uma materialização em xeque. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre Porto Alegre PUCRS, RS 2010.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. Notas sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: _____. *Assistente Social: ética e direitos.*, Rio Janeiro: CRESS 7ª Região, 2002. Coletânea de Leis e Resoluções.

SÁ, Jeanete L. Martins de. *Conhecimento e currículo em Serviço Social: análise das contradições.(1936-1975)*. São Paulo: Cortez, 1995.